

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**  
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ N° 76.970.318/0001-67  
AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

---

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

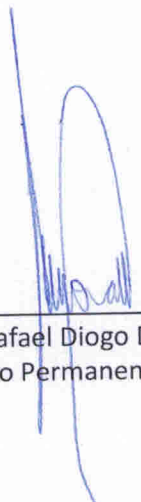
Em 09 de abril de 2021.

A Excelentíssima Sra.,  
ZEILLE MARIA DE OLIVEIRA  
PROCURADORA JURÍDICA DESTE MUNICÍPIO

Encaminho a Vossa Excelência, processo para:

- Aquisição de serviços gráficos, com material incluso, em conformidade com as características apresentadas nas propostas recebidas por esta Divisão e nas Pesquisas de Preço realizadas, no atendimento a Portaria Municipal de recomendação, atendendo a solicitação para o exercício de 2021.
- Com vistas a celebração de contrato(s) com vencedor(es), solicito Parecer Jurídico com análise do processo, para abertura do procedimento licitatório para atendimento a demanda de Departamentos e Divisões municipais.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Renato Rafael Diogo Do Valle  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

**PARECER JURÍDICO**

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro.

Órgão(s) Interessado(s): Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro

Chefe de Gabinete

Assunto: Procedimento administrativo de contratação/aquisição.

**EMENTA:** Licitação. Pregão Presencial. Edital e anexos. Exame prévio. Legalidade e legitimidade. Necessidade de adaptações.

**1. DOS FATOS**

Trata-se de pedido de parecer sobre minuta de Edital de Processo Licitatório e seus anexos referente à autorização para “registro de preço da proposta mais vantajosa para aquisição de material gráfico, adesivos e banners de diversos tipos, conforme descritos e especificados no Anexo I”, do edital, no valor máximo de R\$ 292.642,50 (duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme documentos que instruem o processo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

O procedimento de registro de preço será realizado na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço. O processo encontra-se autuado, mas não está numerado, o que deve ser regularizado antes da publicação do edital, sob pena de nulidade.

As despesas estão previstas na dotação orçamentária rubrica 05.01.2.501 - elemento de despesa 3.3.90.30.00.00.00.00 - fonte 1000, com saldo informado de R\$ 235.319,42 (duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos); rubrica 08.01.2.801 - elemento de despesa 3.3.90.30.00.00.00.00 - fonte 1934, com saldo informado de R\$ 146.250,25 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos); rubrica 09.01.2.901 - elemento de despesa 3.3.90.30.00.00.00.00 - fonte 1000, com saldo informado de R\$ 108.259,00 (cento e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais); rubrica 09.02.2.904 - elemento 3.3.90.30.00.00.00.00 - fonte 1000, com saldo informado de R\$ 67.184,00 (sessenta e sete mil, cento e oitenta e quatro reais) - rubrica 10.02.2.103 - elemento de despesa 3.3.90.30.00.00.00.00 - fonte 1107, com saldo informado de R\$ 45.421,24 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos), consignados no parecer contábil e autorização para abertura do procedimento, cumprido, portanto, o requisito orçamentário.

É o breve relatório. Passo a opinar.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

Primeiramente, cumpre destacar que o presente parecer é emitido para os fins do disposto do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, ou seja, para a exclusiva análise da minuta de edital e minuta do contrato.

Art. 38 - [...]

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Iniciado o processo administrativo de compra/contratação, foi eleita a modalidade pregão presencial com base na Lei 8.666/93; Lei 10.520/02; Lei Complementar nº





**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

123/2006 e documentos que o instruem, para o registro de preço, este previsto no artigo 15, II, da Lei 8.666/93.

A Lei 10.520/02 prescreve em seu artigo 3º que a fase preparatória do pregão deverá observar e ter consignada nos autos do procedimento:

I – a justificativa pela autoridade competente da necessidade de contratação e definição do objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;


II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

Nos termos do artigo 4º, III, da mesma lei, o edital deverá especificar todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato.

Quanto ao objeto, a Lei nº 10.520/2002 *“institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências”*, sendo que o parágrafo único de seu artigo 1º dispõe que *“consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”*.

O objeto pretendido na solicitação enquadra-se no conceito de serviços/produtos comuns, não havendo óbice, em princípio.

Observe-se que o pregão tem por finalidade o **registro de preço**, previsto no inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93, que consiste no conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras, conforme inciso I do artigo 2º do Decreto Federal nº 7.892/2013.

 3



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Não é modalidade, mas apenas um sistema pelo qual o poder público arquiva (registra) preços unitários de bens e serviços, para posterior contratação. Segundo Odete Medauar:

Registro de preços é um modo pelo qual a Administração efetua compras. Por esse sistema, os interessados em vender bens ao poder público indicam os valores de tais bens, válidos por certo período, e as quantidades que podem fornecer se solicitadas. (MEDAUAR, 2002, p. 232).

No procedimento do Registro de Preço há uma particularidade retratada na Ata de Registro de Preços, que representa um documento de extrema importância para o SRP - Sistema de Registro de Preços, pois é onde se registram preços, fornecedores, órgãos participantes, e ainda traz em seu conteúdo o compromisso que o licitante vencedor assume com a Administração Pública na realização do objeto em questão. Trata-se de um compromisso unilateral, haja vista que a administração pública não tem obrigação nenhuma de contratar com esse licitante (art. 15, §4º, da Lei 8666/93).

Sobre o tema o legislador expôs no inciso II, do art. 2º do Decreto Federal nº 7.982/2013:

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Assim, o conteúdo da ata de registro de preços serve para auxiliar a administração pública quanto às características do objeto, preços ajustados, prazos e condições de formalização, ou seja, informações relevantes para as partes se programarem para contratações futuras.

Analisando-se o conteúdo do Edital convocatório, minuta de contrato/ata de registro de preço e a delimitação do objeto, não foram observadas inconsistências.

Além das exigências específicas descritas, o procedimento deve observar os princípios gerais das licitações e contratos, estar acompanhado de cópia do documento de nomeação do Pregoeiro e sua equipe de apoio, ser numerado e rubricado em todas as folhas, como já referido.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

O resumo do procedimento deverá ser publicado na imprensa oficial, na primeira edição subsequente à finalização do presente procedimento.

Por fim, ressaltamos que todos os documentos exigidos no edital deverão ter validade para esse procedimento, ou seja, verificando-se o vencimento de qualquer das Certidões dentro do prazo de vigência do procedimento e/ou do contrato, as mesmas deverão ser renovadas por parte da contratada, por meio de notificação.

E, após os trâmites procedimentais, compete à autoridade competente a aprovação do procedimento.

### **3. DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, essa assessoria jurídica opina pela adaptação do edital, conforme sugestões indicadas acima, antes da sua publicação, competindo a decisão de abertura do certame, contratação e homologação exclusivamente à autoridade administrativa competente.

Esse é o parecer, s.m.j.

Inajá-PR, 14 de abril de 2021.

  
**Zeille Maria de Oliveira**  
Advogada Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

**JUSTIFICATIVA**

**JUSTIFICATIVA:** Inviabilidade de utilização do pregão na forma eletrônica

**REFERÊNCIA:** EDITAL PREGÃO PRESENCIAL

**OBJETO:** Confecção e Fornecimento de material gráfico e adesivos e banners de diversos tipos, destinados a todos os Departamentos e Secretarias do Município.

Em atendimento ao que, preconiza o art. 1º, §3º e §4º, do Decreto Federal nº 10.024/2019, apresentamos justificativa quanto à inviabilidade de realização, por hora, do Pregão eletrônico no território de Inajá/PR.

A realização dos pregões eletrônicos, tem em tese, a finalidade de trazer maior agilidade e competitividade para o órgão que realiza o certame.

No entanto, os municípios de pequeno porte como o de Inajá, sofrem com carência de ferramentas e condições eletrônicas para a realização e gravação de sessões, além, de pessoal capacitado para dirigir o certame.

Ademais, a realização de pregões eletrônicos em municípios pequenos tem se mostrado ineficaz com o comercio do entorno local, que, em sua grande maioria das vezes não tem acesso as ferramentas eletrônicas que os possibilitem participar dos certames.

A complexidade da licitação na modalidade eletrônica, sua peculiaridade e elevado custo em vistas a relevância da contratação e exigências de segurança da informação, inviabilizam seu uso por parte da grande massa de comerciantes que, se localizam nos centros menores, público que não raras vezes, não têm, se quer acesso a tais ferramentas.

Desta forma, o pregão eletrônico que, inicialmente tem o objetivo de ampliar a competitividade, em razão das dificuldades de acesso às suas ferramentas por grande parte



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**

**ESTADO DO PARANÁ**

**C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67**

*Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000*

**E-mail pminaja@uol.com.br**

---

dos fornecedores regionais, acabam por restringir a competição e desfigurando o procedimento licitatório.

Esse é o parecer, s.m.j.

Inajá-PR, 15 de abril de 2021.

**Zeille Maria de Oliveira**  
**OAB/PR 71.894**  
**Procuradora Municipal**